

**“VER PARA PREVER A FIM DE PROVER”: A VOZ DE PROFESSORES
RURAI GAÚCHOS NOS BOLETINS DO ENSINO RURAL (DÉCADA DE
1950)**

***“SEE TO FORESEE IN ORDER TO PROVIDE”: THE VOICE OF GAÚCHOS
RURAL TEACHERS IN RURAL EDUCATION NEWSLETTERS (1950S)***

***“VER PARA PREDICIR CON EL FIN DE PROVEER”: LA VOZ DE LOS
DOCENTES RURALES EN LOS BOLETINES DE EDUCACIÓN RURAL
(DÉCADA DE 1950)***

Lisiane Sias MANKE¹
Weliton Barbosa KUSTER²

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar alguns discursos de professores rurais gaúchos da década de 1950 presentes nos Boletins do Ensino Rural, que foram produzidos e publicados pela Superintendência do Ensino Rural, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, um impresso oficial que tinha como propósito a instrução e o fortalecimento das instituições de ensino rural, voltado, especialmente, para os professores das escolas rurais. Os Boletins analisados referem-se aos números publicados nos anos de 1954, 1954/1955, 1956, 1957 e 1958. Para tanto, utilizamos como referencial teórico-metodológico os escritos de Carlos Bacellar (2005), no que tange à análise documental, e Bezera Neto (2003) e Sud Mennucci (1946), no tocante ao ruralismo pedagógico. O processo de análise documental possibilitou perceber a ação empreendida pela Superintendência do Ensino Rural para alcançar os preceitos defendidos pelo ruralismo pedagógico. Os textos produzidos por professores de escolas rurais apresentavam os problemas e as potencialidades destas comunidades, indicando práticas de ensino e postura adequadas à “missão” a ser desempenhada pelos docentes rurais.

Palavras-chave: Educação Rural. Boletins do Ensino Rural. Ruralismo Pedagógico.

ABSTRACT: *The present article aims at analyzing some discourses of gaúchos rural teachers in the 1950s, found in Rural Education Newsletters, produced and published by the Rural Education Superintendency, connected to the Department of Education and Culture of Rio Grande do Sul, an official printed material aimed at the training and strengthening of institutions of rural education, aimed, especially, at rural schools teachers. The analyzed Newsletters refer to the issues published in the years of 1954, 1954/1955, 1956, 1957 and 1958. To do it, we used as theoretical-methodological referential the writings of Carlos Bacellar (2005), concerning document analysis, Bezera Neto (2003) and Sud Mennucci (1946), concerning pedagogical rurality. The process of document analysis enabled to understand the action taken by the Rural Education Superintendency to achieve the precepts defended by the pedagogical rurality. The texts produced by rural schools teachers presented the problems and the*

¹ Doutora em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5085-8791>. E-mail: lisianemanke@yahoo.com.br

² Mestrando em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1359-2415>. E-mail: welitonkuster@hotmail.com

potentials of these communities, indicating educational practices and adequate attitude for the "mission" to be carried by the rural teachers.

Keywords: Rural Education. Rural Education Newsletters. Pedagogical Rurality.

RESUMEN: *El presente artículo tiene por objetivo analizar algunos discursos de maestros rurales del Rio Grande do Sur, de la década de 1950, presentes en los Boletines de Educación Rural, producidos y publicados por la Superintendencia de Educación Rural, vinculada a la Secretaría de Educación y Cultura de Rio Grande do Sur, un periódico oficial que tenía como finalidad la instrucción y el fortalecimiento de las instituciones de educación rural, especialmente dirigidas a los docentes de las escuelas rurales. Los Boletines analizados se refieren a los números publicados en los años 1954, 1954/1955, 1956, 1957 y 1958. Para tanto, utilizamos como marco teórico-metodológico los escritos de Carlos Bacellar (2005), sobre el análisis documental, Bezerra Neto (2003) y Sud Mennucci (1946), sobre el ruralismo pedagógico. El proceso de análisis de documentos permitió percibir las acciones tomadas por la Superintendencia de Educación Rural para alcanzar los preceptos defendidos por el ruralismo pedagógico. Los textos producidos por los maestros de las escuelas rurales presentan los problemas y el potencial de estas comunidades, indicando las prácticas de enseñanza y una actitud apropiada para la "misión" que deben cumplir los maestros rurales.*

Palabras clave: Educación rural. Periódicos oficiales. Ruralismo pedagógico.

Introdução

A partir da segunda década do século XX, o estado do Rio Grande do Sul já se encontrava marcado pela industrialização e pelo ideário desenvolvimentista. Nesse período a educação pública rural vinha sendo ampliada e apoiava suas ações e projetos educacionais nos ideais defendidos pelo ruralismo pedagógico, que, em linhas gerais, defendia a modernização do campo para conter a população neste meio. De acordo com Prado (1995, p. 6), o ruralismo pedagógico buscou construir "a ideia de uma escola voltada para as tarefas práticas e necessidades (que supunha) imediatas das populações pobres do campo, em um discurso ideológico bastante aceito e legitimado". Assim, tais concepções se constituíram sob a ótica de que as ações pedagógicas teriam potencial para remediar aquilo que era tido como grande ameaça ao campo: o êxodo rural.

Considerando esse contexto, o presente artigo tem por objetivo analisar os discursos de professores rurais gaúchos em relação aos caminhos a serem percorridos para o êxito da educação rural, em manifestações publicadas nos Boletins do Ensino Rural, na década de 1950. Trata-se de um periódico produzido e publicado pela Superintendência do Ensino Rural, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul. Os Boletins analisados referem-se aos números de 1954, de 1954/1955,

1956, 1957 e de 1958. No referente às seções analisadas, estarão em foco neste texto as grandes seções “Vida Rural” e “Educação”, e mais especificamente, as subseções “Problemas e Aspectos da Ambiência Rural”, “Atividades Própria do Professor” e “Grêmios para Menores”, por serem espaços em que haviam publicações de artigos escritos por professores rurais.

Em relação à metodologia empreendida, observamos o que afirma Bacellar, ao considerar que “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu” (BACELLAR, 2010, p. 63). Nesse sentido, esse mesmo autor infere a importância de “[...] que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização do documento que se tem em mãos” (BACELLAR, 2010, p. 64). Portanto, a intencionalidade presente nas fontes será estudada a partir da perspectiva da análise documental, considerando que nenhum documento existe isoladamente, e que a atuação do pesquisador na organização dos dados, nas escolhas e interpretações deles, constitui parte importante do processo de pesquisa.

Os documentos em evidência, os Boletins do Ensino Rural, que se apresentam enquanto fonte desta pesquisa, foram produzidos pela Superintendência do Ensino Rural, e respondem aos preceitos e interesses deste órgão. As Superintendências, criadas em 1947, vinculadas ao Centro de Pesquisa e Orientação Educacional (CPOE), possuíam diferentes atribuições em relação aos antigos departamentos, tendo caráter de supervisão, orientação e fiscalização de ensino. De modo mais específico, a Superintendência do Ensino Rural buscava “ver” o meio rural para “prever” suas necessidades e demandas, a fim de “prover” iniciativas educacionais que pudessem contemplá-las, ou seja, “ver para prever a fim de prover”, conforme frase encontrada em alguns números dos Boletins.

O contexto de produção dos boletins do Ensino Rural

A participação do estado no que se refere às questões educacionais no Rio Grande do Sul vai tomar maiores proporções a partir do Estado Novo (1937-1945), especialmente a partir da criação do Centro de Pesquisas e Orientação Educacional (CPOE), em 1943, órgão vinculado à Secretaria de Educação. O CPOE foi uma instituição de grande importância à frente de diferentes projetos educacionais, configurando-se como órgão que estabelecia formas de controle sobre a profissão

docente, à vida dos estudantes, à escola e à comunidade escolar em geral. Como bem ressalta Quadros (2005), o CPOE teve destaque na medida em que orientou, decidiu, fiscalizou, controlou e pesquisou determinados projetos e práticas pedagógicas voltadas para a escola. Suas formas de atuação se davam por meios diferenciados, como visitas individuais às escolas, orientações escritas e também por meio de publicações.

Portanto, o Centro de Pesquisas e Orientação Educacional possuiu grande protagonismo enquanto órgão de orientação educacional, sendo a Educação Rural uma de suas dimensões de atuação. De acordo com Flávia Werle:

O CPOE (Centro de Pesquisas e Orientação Educacional) é criado em 1943, tornando-se um órgão normativo, de caráter centralizador, intervindo diretamente em escolas e seu funcionamento. No ano de 1947 a Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul é reorganizada. Nesta ocasião são extintos os Departamentos de Educação Primária e Normal e o de Educação Física, sendo suas atribuições transferidas para os novos órgãos criados, as Superintendências. (WERLE, 2011, p. 3).

A partir da reorganização da Secretaria de Educação e Cultura foi criada a Superintendência de Ensino Rural, munida das funções de supervisão, orientação e fiscalização das instituições de ensino rural. Esse órgão era responsável pela publicação dos Boletins da Superintendência do Ensino Rural, impressos oficiais que tinham como propósito a instrução e o fortalecimento das instituições de ensino rural, voltados, especialmente, para os professores das escolas rurais. Flávia Werle (2011) considera que os Boletins eram “uma publicação oficial para as escolas rurais primárias e escolas normais rurais, para professores e orientadores, um misto de relatório de atividades do sistema no que se refere à educação rural, espaço de orientação pedagógica e agrícola” (WERLE, 2011, p. 4).

As fontes documentais utilizadas neste artigo são pertencentes ao Centro de Documentação (CE-DOC) do grupo de pesquisa Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, onde encontram-se disponíveis para pesquisa.

Com relação à organização dos Boletins, estes se dividem em três grandes seções. No que tange ao conteúdo, cada uma das três seções apresenta recortes temáticos bem definidos. A primeira seção, denominada “Artigos, informações, diversos”, configura-se como o espaço utilizado pela Superintendência de Ensino Rural para divulgação de suas realizações e também de sua legislação. São comuns nela

mensagens que demonstram os feitos do governo à época; não possuindo um foco apenas no mundo rural, se referindo, do mesmo modo, a questões culturais envolvendo o espaço rural. A segunda seção, “Vida Rural”, abarca direcionamentos que buscavam incentivar a modernização do campo, apontando a escola como um meio para tal. Similarmente, as práticas agrícolas, agropecuárias, e as próprias vivências rurais deveriam ser pensadas através de uma mediação que fosse pautada pela educação. A terceira e última seção, denominada “Educação”, volta seus escritos para as práticas dos professores, sem necessariamente promover um espaço de discussão das práticas docentes, mas assumindo um caráter de aconselhamento e uma perspectiva normativa no referente aos temas tratados. Além disso, suas subseções estavam diretamente relacionadas aos fundamentos da educação (WERLE, 2011).

Para melhor visualização do conteúdo discriminado, segue um quadro contendo dados referentes ao número de páginas de cada um dos boletins, indicando, ainda, o nome das seções que compõem o documento e também sua paginação, nas diferentes edições.

Quadro 1 - Dados referentes a paginação dos Boletins da Superintendência do Ensino Rural e os respectivos anos de publicação.

Ano e mês da publicação	Número total de páginas	Seção 1 – Informações, artigos, diversos	Seção 2 – Vida rural	Seção 3 – Educação
1954 (março)	35	19	8	6
1954 (abril/maio)	93	56	18	15
1954 (junho)	233	101	57	56
1954 - 1955	320	105	65	51
1956	374	177	45	44
1957	348	130	55	123
1958	652	254	136	129

Fonte: Boletins da Superintendência do Ensino Rural. Compilada pelos autores.

Via de regra, os Boletins respeitam a mesma organização, apresentando três grandes seções em todas as edições analisadas. O crescimento do número de páginas a

cada ano é bastante significativo, mesmo considerando que os primeiros Boletins eram publicações bimestrais ou trimestrais. Esse crescimento fica bem evidente nos anos de 1957 e 1958, em que a publicação dobra em relação à quantidade de páginas dos anos antecedentes. Sobre isso, Flávia Werle (2013) infere que:

A discrepância de páginas entre os Boletins [...] pode ser atribuída à necessidade do governo de utilizar esse instrumento de comunicação para divulgar fatos e constatações, consequência de visitas às escolas, anunciar o que estava planejado e, principalmente, a expansão do ensino rural nos anos 1950. (WERLE, 2013, p. 778).

Vale ressaltar que a Superintendência de Ensino Rural possuía uma visão própria a respeito da zona rural, pautada, principalmente, pelos preceitos defendidos pelo ruralismo pedagógico. Essa visão era responsável pela promoção da articulação das diretrizes da Superintendência.

Bezerra Neto (2003), autor que debate as proposições inerentes ao ruralismo pedagógico, defende que essa corrente objetivava formas de ação pedagógica que viessem a remediar aquilo que configurava a maior ameaça para o campo: o êxodo rural. O combate a essa questão requeria uma conduta educacional que adequasse a pedagogia para a realidade vista especificamente na vida do campo e a mantivesse, ainda, ligada ao mundo do trabalho.

Para Prado (1995), o ruralismo pedagógico surgiu como uma tendência de pensamento vinculada a alguns intelectuais que a usaram para formular ideias defensoras de uma escola adaptada e sempre referida a interesses e necessidades hegemônicas. O objetivo dessa política educacional direcionada ao meio rural era acabar com o analfabetismo, consolidar uma noção de nacionalidade e ainda conter o êxodo rural. O ruralismo pedagógico, então, buscava mudar a realidade com um olhar bastante atento para a fixação do homem no campo através de uma educação que contemplasse todas as suas necessidades no meio rural.

Para Sud Mennucci (1946), professor e escritor, que na segunda década do século XX iniciou sua carreira no magistério em uma escola rural, o princípio da educação rural, pautada no ruralismo pedagógico, estava em qualificar mão de obra na tentativa de resolver problemas como escassez de trabalho e migrações para as cidades, já que alguns aspectos ideológicos e econômicos deveriam ser sanados pela educação e pelo trabalho. Conforme o autor:

O ruralismo pedagógico concebia uma pedagogia de cunho pragmático uma vez que fazia menção direta da relação entre educação e trabalho, numa simbiose em que a educação era em função da economia ambiente, a educação como sustentáculo, como reflexo, como incentivo da produção, a educação como propulsora, agente e reigente, da organização e do trabalho. (MENNUCCI, 1946, p. 89).

Um dos problemas visualizado pelos intelectuais do ruralismo pedagógico dizia respeito ao potencial atrativo que os grandes centros urbanos ofereciam às populações campesinas, o que fomentava o aumento do êxodo rural. A respeito das concepções defendidas pelo ruralismo pedagógico em confronto com o ideário citadino, Nagle (1974) faz a seguinte consideração:

[...] representava um ponto de vista anti-urbano. Fundamentando-se na exaltação das vantagens “naturais” da vida rural, difunde uma atitude pessimista, que encobre interesses contrariados pelo meio citadino. Este é acusado de artificial, destruidor da solidariedade “natural” do homem. Por isso, o urbanismo é tido como um processo de degeneração e desintegração social; com ele se inicia o declínio da civilização. (NAGLE, 1974, p. 26).

Dessa forma, percebe-se que o ruralismo pedagógico mantinha sua preocupação no fortalecimento de ideais que exaltavam a vida rural em contraposição ao que era urbano. Para tanto, as propostas educacionais eram direcionadas a práticas que combinassem educação e trabalho no campo. Tais concepções perpassavam o cenário teórico que norteava a produção de conteúdos veiculados nos Boletins, como se observa nos exemplos que serão apresentados na sequência deste texto.

Problemas e aspectos da ambiência rural na voz dos professores rurais

Como já abordado, os Boletins eram divididos em seções que cumpriam o propósito geral do impresso, discorrer sobre os princípios da educação rural. Contudo, de forma mais específica, ao observarmos a seção denominada “Vida Rural”, fica evidente o intento dos editores de incentivar a modernização do campo via escola, de um modo que a vida rural estivesse diretamente vinculada com os princípios educacionais. Nesta seção havia a subseção intitulada “Problemas e Aspectos da Ambiência Rural”, cujo objetivo era dar voz aos professores das escolas rurais para que os mesmos apresentassem os problemas e as potencialidades que permeavam seu ofício. Ao que parece, essas vozes possuíam autoridade por estarem autenticadas pela

experiência, pela vivência rural, assim, possuíam credibilidade e discursos potentes frente aos demais professores. Então, o que diziam os professores rurais via Boletim Rural?

A edição correspondente aos meses de Abril a Maio do ano 1954 traz um pequeno artigo escrito por um professor rural chamado Lauro Kolky (1954), denominado “Aspecto Pedagógico da Zona Rural”. Nesse texto, o professor defende a importância do ensino rural enquanto um ensino que deveria ser encarado com seriedade para que o homem não abandonasse o campo, seduzido pelos já citados encantos citadinos, que o professor classifica como ilusórios. Essa preocupação estava pautada pela imigração de agricultores para os grandes centros urbanos que causava, na agricultura, uma situação calamitosa. Essa falta de trabalhadores tornaria a colheita dispendiosa, o que traria, ainda, problemas como encarecimento dos produtos, causando, então, o sofrimento do mercado consumidor. Para o enfrentamento dessa problemática, se fazia necessária a criação de uma mentalidade rural que deveria ser construída através do ensino no campo. O caminho mais seguro, de acordo com Lauro Kolky, seria instruir as crianças fomentando seu apego pela terra onde haviam nascido e deveriam produzir. Como afirma:

As escolas rurais devem dar ensinamentos aos alunos, condizentes com o ambiente, exaltadores dos trabalhos rurais e devem, também, convencer o coloninho que é possível, em sua terra, ter todo o conforto de uma cidade, com a vantagem de ter uma vida mais sadia, mais livre, mais independente. (KOLKY, 1954, p. 63).

A escola como espaço de convencimento, de exaltação do espaço rural, imbuída da representação de um rural que possibilita a liberdade, o bem-estar social, em contraposição aos centros urbanos. Assim como, intenções políticas e econômicas que também respondiam ao ideário de fixação dos sujeitos à terra. O que pode ser percebido no texto deste professor como uma das preocupações centrais, uma vez que a migração campo-cidade traria, em primeira instância, escassez de mão de obra, o que deveria ser evitado por meio da educação. Por tais razões havia uma preocupação voltada para o perfil dos professores atuantes nas instituições de ensino rural, já que cabia a eles, mostrar, através do seu ofício, a importância de se permanecer no campo. O professor Lauro Kolky (1954) disserta acerca dessa preocupação em seu texto. Para ele, a maioria dos professores possuía aversão à zona rural, preferindo atuar nas grandes cidades, portanto, os profissionais escolhidos deveriam manifestar afinidade pelos aspectos da

vida rural, sentindo a importância desse meio para o futuro do país (KOLKY, 1954).
Buscar esses professores era um passo importante para que:

[...] a criança do campo ou da colônia, o futuro camponês ou colono, educado, forte, rígido, consciente dos fenômenos circundantes, represente poderosíssima alavanca ao progresso do nosso querido Brasil que tão ardentemente desejamos se torne um país poderoso, forte e independente. (KOLKY, 1954, p. 64).

O texto do professor rural Kolky (1954), demonstram o quanto a educação rural era visada como o instrumento mais acertado para garantir, mesmo que a longo prazo, a fixação do homem à terra. Além disso, o fortalecimento das atividades realizadas no campo, com mão de obra qualificada e abundante, assume uma importância ainda maior quando esse espaço era considerado crucial para o futuro e o progresso do Brasil.

Os dados indicam que alguns profissionais da educação, inseridos no meio rural, procuravam demonstrar que sua missão não estava limitada ao espaço da sala de aula. É o caso de Alzira Fonseca Magalhães (1954), professora rural que publica no Boletim de junho a agosto de 1954, e aponta em seu texto que: “A professora rural não pode limitar-se ao domínio das letras, sua missão vai além! Tem de influenciar na moral, na saúde e, para melhor dizer, na própria civilização do meio que lhe é confiado” (MAGALHÃES, 1954, p. 266). A professora Alzira Magalhães defendia as vantagens da zona rural, mas também apontava em seu texto que esses locais viviam em meio à ignorância, o que seria o maior problema a ser enfrentado por aqueles que viessem a lecionar nessas escolas. Sobre o trabalho docente em meio às especificidades próprias do meio rural, Alzira Magalhães aponta que:

A professora rural não deve ser apenas a professora da zona onde se encontra; ela tem forçosamente de ser ainda a conselheira das famílias, cujos filhos lhe são confiados, tem de ser uma boa amiga que lhes aponte suavemente os erros, mostrando-lhes, com carinho e superioridade, os novos horizontes que se descortinam a essas gerações [...]. (MAGALHÃES, 1954, p. 167).

De acordo com o documento, a preocupação com o trabalho docente não era uma inquietação exclusiva dessa professora, mas pertinente a todas as instituições de ensino rural e seus respectivos professores. Por essa razão, configurava-se como um dos aspectos da ambiência rural, ou seja, para o professorado, restava a satisfação ao ver, ao seu redor, as crianças que os cercavam marchando para aquilo que os mesmos

defendiam como progresso, civilização avançada e então, consequentemente, uma vida melhor.

A noção de civilização e progresso desenvolvida nos Boletins necessita ser observada a partir dos princípios defendidos naquele contexto. Tal concepção compreendia que o sujeito do campo se encontrava no centro do progresso para o desenvolvimento do estado e, por conseguinte, de todo o país, pois a produção agrícola, tão essencial, necessitava da mão de obra. Esse ideário levava à preocupação em tecer uma rede de práticas e agências ligadas ao chamado Extensionismo Rural. Os programas extensionistas, com projetos educativos voltados para as zonas rurais, por meio de propostas teóricas buscavam conciliar uma ligação entre capital e trabalho, o que, por consequência, acabava por adiar um provável embate entre aqueles que criavam as leis, possuíam o poder político, regulavam e controlavam o mercado de trabalho e aqueles que, no final, eram donos apenas da força dos seus braços (FONSECA, 1985 apud LEITE, 1999).

Em continuidade aos aspectos referentes à atuação dos professores nas escolas rurais, o Boletim de 1954/1955 apresenta uma abordagem bastante eloquente sobre o papel do professor na escola rural. Sem ter sua versão original devidamente referenciada, o texto assinala que as instituições do ensino rural precisariam encontrar formas modernas e variadas de promover o ensino e de envolver efetivamente a comunidade nos debates, nas discussões sobre os problemas e potencialidades existentes em cada localidade. De acordo com o texto, dessa forma, a escola cumpriria com seu propósito de melhora do meio rural. Para o alcance desse objetivo, o professor era, mais uma vez, o grande protagonista:

Para realizar todo esse trabalho, o professor tem de ampliar seus horizontes, seus objetivos, seus conhecimentos e sua capacidade. Deverá familiarizar-se com todos os conhecimentos novos. Compreender que a ação da escola não deve limitar-se somente à sala de aula, mas que deve passar à horta escolar e ao lar, projetando-se até a comunidade. (FILHO, 1954/1955, p. 251. Tradução adaptada).

Para tanto, os professores necessitavam compreender que as disciplinas e atividades escolares não deveriam funcionar de forma dispersa e desarticulada, mas serem planejadas em plena articulação com a comunidade rural.

Na sequência da edição 1954/1955 do Boletim, uma professora rural chamada Eleonora Heim (1954/1955) apresenta em seu texto alguns dos problemas encontrados

em sala de aula, caracterizando-os como teóricos e práticos. A primeira questão discutida no texto diz respeito à infrequência e a indisciplina; a segunda e, de acordo com a professora, a pior de todas, estaria relacionada ao cultivo do terreno. Eleanora Heim (1954/1955) defende que a infrequência e a indisciplina são problemas que podem ser vencidos de forma branda, por meio de bons exemplos. Contudo, a questão que envolve o cultivo do terreno, por outro lado, precisaria de uma rede de cooperação para ser combatida. Nas palavras da professora:

Antes de lançar mão ao cultivo do terreno, deverá o mesmo estar cercado, isto para evitar que as culturas sejam estragadas pelos animais soltos. Deverá ser realizado o cultivo do terreno com o auxílio dos pais dos alunos, criando-se antes do cultivo, o ‘Círculo de Pais e Mestres’, caso ainda não exista. Deverá haver mútua compreensão entre o mestre e os pais, afim de que se obtenha dos mesmos, a máxima colaboração desejada. (HEIM, 1954/1955, p. 255).

A transferência de certas responsabilidades aos pais e mestres dos alunos é seguidamente evidenciada nos textos dos boletins, tanto nos escritos pelos professores quanto pela Superintendência do Ensino Rural, como uma prática de cooperação necessária, entre a comunidade e a escola.

O papel das instituições rurais, no referente aos aspectos do meio rural, vai receber aprofundamentos no Boletim de 1956. Nessa edição as escolas são reconhecidas como um meio propulsor para a dinamização e o desenvolvimento tanto cultural quanto econômico das zonas rurais. No texto escrito pela professora Diamantina Costa Conceição (1956), um número alto de escolas rurais garantiria um melhor padrão de vida para a população rural, entretanto, levantar construções não seria suficiente para a realização de uma intervenção positiva e verdadeira no meio rural se os professores que viessem atuar nessas instituições possuísem, em suas práticas, a mentalidade voltada para o urbano. A função específica da escola rural seria, segundo a professora:

[...] dar aos alunos uma exata compreensão do que é a vida rural, de formar neles uma mentalidade de que compreende essa vida, de despertar e de desenvolver um espírito de inteligente e voluntária cooperação, promover e colaborar na organização das atividades da comunidade e dar a necessária preparação às matérias básicas, sociais e vocacionais. (CONCEIÇÃO, 1956, p. 304).

Para tanto, o currículo das instituições precisaria abarcar as disciplinas existentes nas escolas urbanas, devendo possuir, também, matérias e práticas que eram essenciais

para a vivência no campo, sendo necessária, assim, uma preparação especial voltada para os professores, para que os mesmos reconhecessem as vantagens da vida rural e então as transmitissem aos alunos. A este respeito, Bezerra Neto (2003), afirma que os ditos "pedagogos ruralistas" enfatizavam a criação de um currículo que integrasse todas as nuances do dia a dia do homem rural. Ainda de acordo com o autor: "O currículo escolar deveria estar voltado para o fornecimento de conhecimentos que pudessem ser utilizados na agricultura, na pecuária e em outras possíveis necessidades de seu cotidiano" (NETO, 2003, p. 14).

Ainda no Boletim de 1956, um professor rural chamado Teles recebe um espaço de publicação no qual aponta aquilo que o mesmo classifica como os principais problemas encontrados no sistema educacional rural. O posicionamento desse professor corrobora com ideias que aparecem em outras publicações dos Boletins, de que as instituições de educação rural possuíam uma missão educativa que precisava ir além da sala de aula, estabelecendo vínculos com a comunidade e as famílias. Nas palavras deste professor:

A escola rural visa a dar aos educandos oportunidades para um legítimo desenvolvimento social e pessoal. Atua com a família rural, auxiliando-a em sua função educativa sobre a infância e adolescência. Mas não se limita, em sua função, apenas a este papel cooperativo com as famílias em prol da integração, ajustamento e adaptação dos imaturos. Numa ação mais extensa, a escola rural deve influenciar toda a comunidade, melhorando-a e possibilitando-lhe a prática e desenvolvimento de bons hábitos recreativos, sociais, higiênicos, de economia, culturais [...]. (TELES, 1956, p. 309).

Cumprir todas essas funções de maneira satisfatória requeria da escola pleno conhecimento dos problemas que se constituíam em sua estrutura. Teles, primeiramente, aponta o prédio escolar. Para o autor, um prédio que estivesse devidamente aparelhado e localizado em uma zona que fosse de fácil acesso para a população a qual a educação se destinava se configurava no primeiro aspecto a ser pensado dentro da ambiência rural. Contudo, o autor afirma que a escola rural não é apenas o seu prédio, mas também "seu espírito, pela identificação com o meio, pelo seu professor, seu currículo, seus objetivos [...]" (TELES, 1956, p. 311). O segundo apontamento feito por Teles (1956) diz respeito aos professores rurais, pautado na preocupação atribuída a esses profissionais quando do seu ofício nas instituições de ensino rural. Nesse sentido, o autor discorre:

[...] devem-se prever do educador rural além do preparo básico, certas qualidades de liderança e de amor ao meio rural, um aprofundado sentido social e humano da sua função, certa radicação à localidade e vocação pelo magistério, para que as funções essenciais que se espera da escola em benefício da comunidade sejam, realmente, cumpridas. (TELES, 1956, p. 313).

Na sequência, o autor discorre sobre a função educativa inerente às escolas rurais, assinalando que a integração social dos sujeitos, as funções econômicas, sanitárias e agrícolas eram, também, funções atribuídas às instituições educativas. Teles (1956) defende que essas atividades aproximariam a escola da comunidade e canalizariam, para ela, toda a cooperação possível das famílias.

Por fim, Teles (1956) destaca a importância de haver um entrosamento da escola rural com os demais serviços públicos, visando o benefício das populações rurais. Dessa forma, no contexto da ambiência rural seria possível a criação de uma escola que fosse elemento da comunidade, pertencente, atuante, e, sobretudo, de mudança.

O Boletim da Educação Rural do ano de 1957 não traz aspectos muito diferentes daqueles que foram expostos até aqui. A preocupação com a formação dos professores é posta mais uma vez, e discursos voltados para a economia do meio rural aparecem mais do que aqueles voltados para questões educacionais.

Além dos artigos publicados na subseção “Problemas e Aspectos da Ambiência Rural”, que compunha a seção “Vida Rural” dos Boletins, outros textos dispostos em outras seções corroboravam com a mesma perspectiva apresentada pelos professores rurais, por vezes, ampliando o escopo das questões debatidas. Para evidenciar tais abordagens, duas subseções serão contempladas nesta análise. A primeira, pertencente à seção “Educação”, denominada “Atividade Própria do Professor”, que objetivava projetar certos discursos de instrução aos professores e, por vezes, fomentar um espaço de diálogo entre esses profissionais e a Superintendência do Ensino Rural. A segunda subseção em foco pertence à seção “Vida Rural” e é chamada “Grêmios para Menores”. Nela, os discursos de instrução voltaram-se exclusivamente para o aluno na tentativa de aproxima-los da escola e do meio rural através de atividades específicas. Destacar esta subseção possibilita compreender como se davam as relações entre docentes e discentes, a partir do olhar dos professores rurais expresso em seus textos.

A subseção “Atividade própria do professor” foi a responsável pelo estímulo realizado pela Superintendência para a produção de escritas por parte dos professores que enfatizassem os chamados problemas e potencialidades encontrados quando da

atuação nas zonas rurais. De acordo com a Superintendência, esse movimento permitiria a troca de ideias entre profissionais da educação de forma a promover o progresso das escolas rurais, além de combater a ideia de isolamento tanto dos professores quanto das próprias instituições. A publicação de junho/agosto de 1954 é onde a subseção "Atividade própria do professor" possui maior espaço de escrita. Nesta edição, Ruth Ivoty Torres, professora rural, técnica em educação e uma das profissionais que mais intensamente atuou em prol da Educação Rural, apresenta um texto denominado "Sugestões para o desenvolvimento da Escola Isolada". Nessa escrita a autora reflete a respeito das escolas rurais que, em seu entendimento, tratavam-se de escolas isoladas. O texto pontua a importância de projetos que fossem direcionados para a especificidade das instituições do meio rural, ou seja, observassem a necessidade de promover o reconhecimento e a vinculação dos estudantes ao meio rural, via escola. Para tanto, Ruth Ivoty Torres propõe a criação de uma horta escolar, onde o professor orientaria as diversas etapas do trabalho apresentando-as através de situações-problemas. O professor rural deveria encarregar-se de toda a organização do trabalho, dividindo as tarefas por nível de ensino, de maneira a envolver todas as turmas da escola. Além disso, deveria motivar os alunos a participarem do projeto, reconhecendo sua importância e estando devidamente preparados para a resolução de problemas quando esses viessem a aparecer. Sua orientação, portanto, visava o professor em um primeiro momento, devendo esses apresentarem o projeto mostrando como o mesmo funcionaria e, em um segundo momento, os alunos, que entrariam como protagonistas, devendo assumir suas funcionalidades.

Esse mesmo boletim chama a atenção, ainda, para pequenos atos realizados pelas crianças das instituições de ensino rural e que, segundo o professor rural Osmar I. da Silva (1954), em sua escrita para a subseção "Atividade Própria do Professor", possuíam extrema importância para o desenvolvimento das mesmas. Como exemplo, o professor se utiliza da questão das flores na escola, que sempre chamavam a atenção dos alunos, as utilizando em brincadeiras ou então como presentes para amigos e também professores. O professor defende que esse ato, tido como simples, possui:

[...] magestosa objetividade científica e de incomparável valor social para um educador, pois é justamente por inúmeros atos dessa natureza, que a criança vai desenrolando o cenário de sua vida psíquica, construindo um alicerce seguro, para sustentar o grande e magestoso edifício de sua personalidade [...]. (SILVA, 1954, p. 224).

O autor defende sua teoria dizendo que atitudes como essas formam o sentimento de solidariedade humana. A flor, para esse professor, tinha por objetivo ornamentar os “esperançosos corações infantis” (SILVA, 1954). Essa questão demonstra o grau de cuidado que os professores deveriam possuir com os alunos e seus atos, pois esses pequenos movimentos poderiam representar questões mais profundas do que, à primeira vista, de fato seriam.

O Boletim de 1954/1955, por sua vez, apresenta dois pequenos artigos a respeito de como seriam as atividades nas instituições de ensino rural em dias de chuva. O primeiro deles, escrito novamente pela professora rural Eleonora Heim (1954) para a subseção “Atividade Própria do Professor”, tencionava orientar algumas atividades a serem desenvolvidas nesses dias específicos. A professora indica a criação de uma história que poderia ser interpretada oralmente e depois por escrito, e que essa deveria estar de acordo com a maturidade dos educandos. Os dias de chuva poderiam ser aproveitados, também, para a realização de trabalhos manuais. Os meninos poderiam confeccionar instrumentos em miniatura de uso agrícola, como arados, ancinhos, pás, enxadas, serras e outros (HEIM, 1954). As meninas, por sua vez, poderiam tecer bordados e lencinhos. O professor poderia orientar, ainda, a criação de álbuns de classe, traçar o plano de uma horta ou um jardim (HEIM, 1954). A professora encerra seu texto enfatizando que o número de atividades passíveis de serem realizadas em dias de chuva dependia da imaginação de cada professor.

O segundo artigo referente às aulas em dias de chuva presente neste Boletim, foi escrito pelo professor rural Alfredo Eduardo Szinvelski (1954) e apresenta um relato de experiência do professor. Segundo ele, os dias de chuva diminuía grandemente a frequência diária pelas dificuldades referentes ao acesso à escola, o que suscitava uma dinâmica diferenciada. O professor relata que dividia os alunos que compareciam em grupos conforme seus interesses e, a partir disso, orientava a realização de diversos trabalhos práticos. As meninas, por exemplo, poderiam aproveitar para realizar a manutenção dos canteiros de flores, plantando novas mudas, enquanto os meninos realizavam uma verificação dos prejuízos trazidos pela chuva, refazendo as plantações para impedir as correntes causadoras de erosão. Em conjunto, tanto meninos quanto meninas teriam a oportunidade de se dedicarem aos cuidados com a horta escolar. Pautado pela ideia de um ensino útil, de acordo com a vivência rural, o professor Alfredo Eduardo Szinvelski (1954) encerra seu escrito dizendo que “os dias de chuva,

numa escola rural bem organizada, dão ensejo para muitas atividades úteis à vida da criança” (SZINVELSKI, 1954/1955, p. 228).

Em primeira análise, faz-se nítido o estranhamento com relação ao trabalho na horta escolar em dias de chuva. Talvez o professor Szinvelski (1954) tenha sugerido que essa era uma possibilidade de trabalho quando do término da chuva. Mesmo assim, a ideia não parece fazer muito sentido, uma vez que dias chuvosos tendem a dificultar trabalhos práticos, especialmente aqueles que envolvem o manuseio da terra, mesmo após o término da chuva. Outra marca bastante evidente nesses textos é a questão de gênero, evidenciada nas propostas de atividades para meninos e meninas. No primeiro artigo, da professora rural Eleonora Heim (1954), as atividades aparecem divididas de formas bastante nítidas de acordo com o gênero dos estudantes, uma vez que meninas trabalhariam com bordados e os meninos com confecção de instrumentos. No artigo do professor Szinvelski (1954), a separação por gênero também aparece na divisão das tarefas. Guacira Lopes Louro (1997), a respeito dos caminhos que promovem esse tipo de separação, afirma que:

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe - são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, são produtores. (LOURO, 1997, p. 64).

Esses direcionamentos dados às atividades escolares expressam uma relação que define e estabelece diferenças, nesse caso, as de gênero. Questões que evidenciam um aspecto cultural bastante discutido nos estudos sobre cultura escolar³.

A escrita segue à análise, mais uma vez sob autoria da professora rural Ruth Ivoty Torres da Silva (1954/1955), destoa daquilo que, até então, estava sendo apresentado pela subseção “Atividade Própria do Professor”, pois a professora direciona sua escrita para a importância de um jornal estudantil, considerando que:

Entre as publicações escolares é o jornal a mais interessante. Representa um considerável auxílio no setor das atividades extracurriculares como excelente meio para difundir notícias, animar competições, transmitir idéias e conhecimentos. (SILVA, 1954/1955, p. 299).

³ A respeito da cultura escolar, ver Julia (1995).

Dentre os muitos valores educativos visualizados pela professora, um jornal poderia proporcionar maior conhecimento e compreensão a respeito da escola, além de estabelecer possibilidades de intercâmbio interescolar. Ruth Ivoty Torres Silva (1954/1955) aponta os objetivos do jornal, a saber:

Desenvolver a linguagem, o gosto literário e o amor à língua pátria, bem como o espírito de iniciativa, o senso de responsabilidade, a capacidade de crítica, o hábito do trabalho em colaboração e o poder criador, além de ser um meio de expansão das opiniões dos alunos. Visa ainda estreitar os laços de solidariedade entre os escolares, pela divulgação das atividades nas diferentes classes, bem como das campanhas realizadas na escola, socializando-a. (SILVA, 1954/1955, p. 299).

Assim, compreende-se que os objetivos do jornal visavam um alcance duplo: em primeiro lugar, o trabalho deveria somar para o crescimento pessoal de cada educando, desenvolvendo sua linguagem, seu gosto literário e seu amor pela língua portuguesa. Além disso, o espírito de iniciativa também seria desenvolvido, junto do senso de responsabilidade, de capacidade crítica, criação de hábitos de trabalho em grupo, sendo o jornal um meio pelo qual os alunos teriam a oportunidade de expressar suas opiniões. O segundo objetivo visualizado a partir do trabalho com o jornal seria entrosar os educandos uns com os outros, isso aconteceria uma vez que o jornal divulgaria as atividades realizadas entre as diferentes classes, assim como as campanhas da própria escola, promovendo uma socialização entre todas essas atividades.

O apontamento dessas questões demonstra o caráter formativo, normativo e também curricular dos Boletins, na medida em que seus escritos direcionam temas a serem considerados no fazer docente.

A questão da imprensa escolar volta a aparecer nos Boletins, em outra seção e subseção e também em outro ano. Dessa vez, as orientações para a criação de um jornal escolar, assim como os destaques para sua importância, são postas no Boletim de 1958, subseção “Grêmio para Menores”, da seção “Vida Rural”. Nessa publicação, o jornal escolar é tido como uma das atividades mais proveitosas a serem realizadas “à margem do currículo”, pois:

Ele realiza várias finalidades educacionais da criança, que se pode esperar da escola, a par da instrução. Assim, é um veículo auxiliar didático pedagógico poderoso, realizando objetivos altos na integração

do indivíduo ao meio: didáticos, sociais propriamente ditos, econômicos e psicológicos. (Boletim do Ensino Rural, 1958, p. 452).

Ainda, neste texto há o cuidado em exemplificar de forma precisa o que de fato é um jornal estudantil. Para tanto, discorre a respeito dos tipos de jornais existentes e passíveis de serem produzidos dentro das instituições. O documento sustenta que a maneira com que se realiza um jornal ou a matéria que o mesmo possui caracterizam seu tipo, podendo sê-lo falado, contado, exposto em mural, manuscrito, datilografado, hectografado, mimeografado ou, ainda, impresso. Isso posto, o jornal escolar deveria ser pensado para ser frequente, pois um período longo entre um número e outro poderia esfriar o entusiasmo do alunado.

De modo geral, a subseção “Grêmio para Menores” surge nos Boletins como um espaço para discutir e apresentar espaços de orientação discente dentro das instituições de ensino rural. O avanço das publicações demonstra que essa subseção passa a concentrar suas orientações aos professores também. O grau de dificuldade envolvendo as atividades propostas pode ser responsável por isso, sendo um exemplo o jornal estudantil. Esse último apresenta um importante ponto de debate, pois parecia demandar um trabalho grande envolvendo uma série de informações que fugiam um pouco daquilo que parecia caro aos pedagogos rurais, que era manter as atividades educacionais ligadas ao meio rural e a todas as suas especificidades. As seções especializadas que o jornal poderia conter são alguns exemplos das possibilidades dessa prática pedagógica.

A preocupação expressa nos boletins em lançar orientações para o trabalho dos professores, mesmo em um espaço destinado aos estudantes, demonstra muito do caráter desses documentos. Ou seja, o objetivo visado pelas publicações de fortalecer as instituições de ensino rural, indicava especialmente para o protagonismo dos professores da escola rural. Dos professores se esperava certa apropriação do ambiente escolar, por meio da sua atuação em produções como a dos jornais, por exemplo, e mesmo, na imersão em práticas próprias do meio rural, como a criação e manutenção de hortas escolares.

Considerações finais

O processo pelo qual passou o Brasil a partir de 1920 foi responsável, sem dúvida, pelos movimentos realizados algumas décadas depois. O advento das grandes cidades ultrapassa a ideia de uma novidade, torna-se um símbolo de modernidade que deveria servir de modelo. Sendo assim, o campo e os homens e mulheres que lá viviam acabam por representar um ideário de atraso e desatualização. Nessa conjuntura, o contingente populacional que passa a migrar para as grandes cidades a partir de 1920 vai transformar-se, cada vez mais, em uma preocupação para o Estado. No estado do Rio Grande do Sul o cenário não é visto de forma diferente. De fato, com o alto número de pessoas saindo do campo para as cidades, o estado ocupa-se em buscar formas de fixar essa população à terra, e, ao mesmo tempo, tenta despertar o interesse pelo campo e por todas as suas potencialidades, afirmando a importância econômica como garantia do e para o futuro do Brasil. O ruralismo pedagógico em todos os seus propósitos se soma para o entendimento dessas questões, e a educação rural passa a ser percebida como forma de trazer a modernização para o campo, formando cidadãos adaptados às especificidades do seu meio.

Os Boletins da Superintendência do Ensino Rural, impressos oficiais que levavam consigo o objetivo de fortalecer as instituições de ensino rural por meio dos seus discursos de divulgação e de instrução pedagógica, realizavam importante papel para a circulação e implementação dos propósitos do ruralismo pedagógico, seja através da divulgação do discurso dos próprios professores rurais gaúchos, na tentativa de difundir as concepções e as potencialidades do trabalho docente para o êxito das instituições, seja através de instruções pedagógicas que poderiam ter maior impacto nas práticas escolares.

Nesse movimento tornou-se nítido que a Superintendência do Ensino Rural, responsável pela produção dos Boletins, concentrava sua preocupação nas práticas docentes, visando alcançar seus objetivos, especialmente em relação à fixação dos estudantes à terra. Os professores, de certa forma, treinados para trabalhar nesse meio, deviam manter-se intimamente ligados aos propósitos do ruralismo pedagógico, incorporando-os aos seus ofícios.

As instituições educacionais constituem processos de identidade que são modelados e praticados com relação às necessidades e os valores de uma dada sociedade. Para Magalhães (1999), uma instituição educativa, dentro do campo

histórico, constitui sua totalidade a partir da sua construção, organização e identidade. A organização representa uma cultura pedagógica que compreende práticas de diversas naturezas, a partir dos seus atores, conteúdos e de sua inserção em um dado contexto histórico, responsável pelo desenvolvimento de uma relação educacional adequada a determinado público. Os Boletins, aqui analisados, carregavam a ideia de “concepção oficial” de educação rural, fazendo com que essa educação fosse caracterizada por determinado ideal, que respondia a propósitos específicos de funcionalidade. O discurso educacional assume, assim, um papel cada vez mais político e, nesse movimento, passa a ser visto como o melhor instrumento para o enfrentamento das questões sociais rurais.

Nesse contexto, torna-se perceptível que as preocupações voltadas para os ditos “problemas e aspectos da ambiência rural” foram direcionadas aos professores das escolas rurais, cabendo a eles lidar com essas particularidades no que concerne ao exercício de suas práticas. Assim, a Superintendência do Ensino Rural, enquanto órgão responsável pela produção dos boletins, utilizou-se deste veículo para legitimar o trabalho pedagógico a ser realizado nas escolas rurais. O papel da Superintendência na seleção das “vozes” dos professores rurais veiculadas em seu principal impresso não deve ser desconsiderado, uma vez que os discursos docentes não destoavam em relação aos objetivos e concepções pedagógicas expressas no documento de modo geral. As ideias veiculadas nos Boletins apontam o meio rural como uma zona que necessitava, com certa urgência, de uma educação específica, voltada a vivências próprias àquele meio. A ignorância pertinente à população do campo, citada em diversas passagens do impresso, precisava ser abatida pelo fomento da educação rural; que deveria alcançar às crianças, objetivando uma ação a longo prazo, pois seriam elas incumbidas da permanência no meio rural e da apropriação desse mesmo espaço. Para tanto, cabia ao professor rural o protagonismo frente as ações dessa instituição.

Referências

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In*: C. B. Pinsky (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil**. (Tese de Doutorado). UNICAMP, Campinas, 2003.

Boletins da Superintendência do Ensino Rural do estado do Rio Grande do Sul – **Centro de Documentação (CE-DOC) do Centro de Estudos e Investigações em**

História da Educação (CEIHE) - Universidade Federal de Pelotas – anos consultados: 1954, 1954/1955, 1956, 1957 e 1958.

CONCEIÇÃO, Diamantina Costa. Qual o melhor processo para a dinamização e desenvolvimento cultural e econômico dos municípios brasileiros. *In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural*, 1956.

FILHO, Samuel Jose de Souza. Biblioteca Ambulante Escolar Rural. *In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural*, 1954/1955.

HEIM, Eleonora. Problemas: infrequência - indisciplina - cultivo da terra. *In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural*, 1954/1955.

JULIA, Dominique. La culture scolaire comme objet historique. **Paedagogica Historica. International journal of the history of education** (Suppl. Series, vol. I, coord. A. Nóvoa, M. Depaepe e E. V. Johanningmeier, 1995.

KOLKY, Lauro. Aspecto Pedagógico da Zona Rural. *In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural*, 1954.

LEITE, Sergio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAGALHÃES. Alzira Fonseca. Aspectos da ambiência rural. *In: Boletins da Superintendência do Ensino Rural*, 1954.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. *In: História da educação*: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr. p. 67-72, 1999.

MENNUCCI, Sud. **Discursos e conferências ruralistas**. São Paulo, 1946.

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 4, p. 5-27, jul. 1995.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

QUADROS, Claudemir de. **Centro de Pesquisas e Orientação Educacional - CPOE/RS**: discursos e ações institucionais. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Tese de Doutorado.

SILVA, Osmar. O valor da flor na escola. *In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural*, 1954.

SILVA, Ruth Ivoty Torres da. Jornal. *In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural*, 1954/1955.

SZINVELSKI, Alfredo Eduardo. A Escola Rural em dias de chuva. *In: Boletins da Superintendência do Ensino Rural*, 1954

TELES, J. F. A Educação Rural e seus problemas básicos. *In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural*, 1956.

WERLE, Flávia Obino Corres. Educação Rural: impresso oficial para o fortalecimento da escola pública rural. *In: Simpósio Brasileiro de História da Educação*. Espírito Santo, **anais**, 2011.

WERLE. Flávia. **Ensino rural e legitimação das ações do Estado**. Revista Dialogo Educacional, PUC-PR, 2013.

Enviado em: 10/07/2020.

Aceito em: 07/12/2020.

Publicado em: 14/12/2020.